



CONCELHO DO FUNCHAL
Freguesia do Imaculado Coração de Maria
NIF 511214782

[Handwritten signature and initials in blue ink]

ATA NÚMERO QUATRO/DOIS MIL E DEZOITO

REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, REALIZADA A VINTE E SEIS DE SETEMBRO DE 2018.

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, na sede da Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria, sita à Rua Nova da Quinta Deão, Edifício Cuibem I, realizou-se, pelas dezanove horas e trinta minutos, uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia do Imaculado Coração de Maria, convocada nos termos legais pela sua Presidente, através de Edital, ao abrigo do artigo 11.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 20.º do Regimento da Assembleia de Freguesia, com a seguinte Ordem de Trabalhos: _____

PONTO ÚNICO – Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da mesma nos termos da alínea e) e do n.º 2 do artigo 9.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro. _____

A sessão foi presidida por Violante dos Reis Saramago Matos (Coligação Confiança), Presidente da Mesa, Ricardo Miguel de Freitas (Coligação Confiança) e Tatiana Cristina Brazão Aguiar (Coligação Confiança), respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. _____

Participaram, em conformidade com a Lista de Presenças, para além dos acima mencionados, os seguintes Membros da Assembleia: _____

- Graça Fabiana Alvarez Sousa (PPD/PSD) *em substituição de* Merícia Meneses Rochinha (PPD/PSD); _____

- Ivone de Ornelas Nóbrega PPD/PSD) *em substituição de* José Jorge Lima Lucas Sargo (PPD/PSD); _____

- André Filipe Viegas Camacho (Coligação Confiança) *em substituição de* Mónica Sofia Freitas dos Santos (Coligação Confiança); _____

- Carlos Plácido Abreu Andrade (Coligação Confiança); _____

- Alexandrina Liliana Marinho Alves (PPD/PSD); _____

- Marco Nuno Abreu Leça (CDS-PP); _____

- Nuno Filipe Gouveia Setim (Coligação Confiança); _____

- Sandra Marisa Machado (Coligação Confiança); _____

- Bruno Alexandre Vieira Bento (PPD/PSD); _____

- Maria João Pereira Gonçalves Delgado Gomes (PPD/PSD); _____

Pediram a substituição para esta Assembleia, de acordo com o estatuído nos artigos 78.º e 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigo 10.º do Regimento da Assembleia de Freguesia do Imaculado Coração de Maria, os seguintes membros: _____

- Merícia Meneses Rochinha (PPD/PSD), substituída por Graça Fabiana Alvarez Sousa (PPD/PSD); _____

- José Jorge Lima Sargo (PPD/PSD), substituído por Ivone de Ornelas Nóbrega (PPD/PSD); _____

- Mónica Sofia Freitas dos Santos (Coligação Confiança), substituída por André Filipe Viegas Camacho (Coligação Confiança). _____

A Junta de Freguesia esteve representada por Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar, Presidente, Maria Isabel da Silva Barros de Freitas, Secretária, Álvaro Duarte Rodrigues Nunes, Tesoureiro, Cristiana Martins de Sousa, Primeira Vogal, Luís André Camacho de Sousa Andrade, Segundo Vogal. _____

Constatada a existência de quórum, a Presidente da Mesa declarou aberta a sessão e antes do período de Antes da Ordem do Dia, deu posse a Graça Fabiana Alvarez Sousa e Ivone de Ornelas Nóbrega, Vogais eleitas pelo PPD/PSD e a Sandra Marisa Machado, vogal eleita pela Coligação Confiança. _____

De imediato, a Presidente da Mesa colocou à votação a ata da Assembleia anterior, que foi aprovada com dez votos a favor: seis votos da Coligação Confiança, três votos do PPD/PSD e um do CDS, verificando-se três vogais que não votaram: um da Coligação Confiança e dois do PPD/PSD que não terem estado presentes na reunião anterior _____

De seguida, a Presidente da Assembleia pediu ao Primeiro Secretário que assumisse a presidência, de modo a poder apresentar um voto de protesto por parte da Coligação Confiança intitulado "Pela instrumentalização política das Casas do Povo para fins político-partidários, por parte do Governo PSD" e cujo documento é parte integrante desta ata. Defendeu que o que estava em causa não era a existência das Casas do Povo que tinham sido criadas em 1933, sob a forma de um organismo corporativo com personalidade jurídica, destinado a programas de desenvolvimento económico e social das comunidades locais, assegurar a representação profissional e defesa dos interesses dos trabalhadores agrícolas. Referiu que, a partir de 1974, a estrutura destas instituições foi-se alterando e com o Decreto-Lei 2082/M estabeleceu-se a autonomia jurídica, administrativa e financeira mas as Casas do Povo perderam algumas das suas características de corporativismo, destinando-se apenas ao desenvolvimento cultural, recreativo e desportivo das comunidades. Disse ainda que, mais tarde em 1990, as Casas do Povo se autonomizaram e deixaram de estar dependentes do Estado. Continuou, dizendo que eram claras as funções das Casas do Povo que não sendo eleitas resultavam de associações de particulares, sendo entidades privadas sem fins lucrativos, e tendo duas esferas de atuação bem definidas: a formação profissional e a defesa, preservação e divulgação da cultura e etnografia das regiões onde se inseriam. Disse que o

Decreto-Lei referido estabelecia que as Casas do povo devem atuar em articulação com as Câmaras Municipais e com as Juntas de Freguesia dos territórios onde estão instaladas. Referiu que, no entender do legislador, a entidade privada e a entidade pública se conjugam na função de contribuir para o desenvolvimento local, assumindo cada uma as suas responsabilidades e intervindo em áreas muito específicas. Demonstrou estranheza por haver na Região Autónoma da Madeira uma prevalência assumida em relação às Casas do Povo, como sendo as entidades que melhor conhecem as soluções para os problemas locais. Referiu-se à afirmação “a missão através das Casas do Povo é servir a população de forma mais rápida e eficiente” como sendo no mínimo discutível. Afirmou que ninguém estava a por em causa as funções dessas instituições, no entanto considerou importante clarificar que se tratar de entidades não eleitas e que em Portugal os órgãos de poder são eleitos. Disse não ser ilegítimo que o governo apoiasse as Casas do Povo mas considerou ser ilegítimo que o governo elege-se as Casas do Povo como seus interlocutores, como entidades que conheceriam em absoluto os problemas das populações embora sem qualquer escrutínio ou avaliação por parte das populações. Continuou dizendo que, paralelamente, a Região assiste uma penalização das funções das Juntas de Freguesia, também definidas por lei. Por isso, afirmou, a Coligação Confiança não aceitava que o governo regional beneficiasse Casas do Povo se em detrimento das Juntas de Freguesia, daí a apresentação do voto de protesto. _____

De seguida, o Presidente da Junta reiterou que o voto de protesto nada tinha a ver com a existência das Casas do Povo, mas sim com a instrumentalização política dessas entidades, por parte do Governo Regional. Disse que o Governo optava constantemente por dar primazia às Casas do Povo para desencadear atividades que colidiam com as atividades das Juntas de Freguesia e sobretudo porque o próprio Governo afirmava ter dificuldades financeiras mas que revia o orçamento regional com reforços de 700 000,00 € ou 1.500 000,00€, não se sabendo esses valores a que se destinam. Exemplificou, mencionando que Casas do Povo onde PSD é poder e faz parte da governação da Junta de Freguesia, até as inscrições para viagens ao Porto Santo promovidas pela Casas do Povo, são efectivadas na própria Junta e a preços irrisórios, quando nas Juntas onde o PSD não é poder essas viagens têm um custo muito mais elevado, dada a falta de apoios pelo Governo. Continuou, defendendo que quando se desempenha cargos públicos não nos devemos mover por questões partidárias, dando o exemplo da Câmara Municipal do Funchal que distribui as verbas equitativamente por todas as Juntas de Freguesia do Funchal, independentemente da sua cor política. _____

Não havendo qualquer intenção em discutir o voto de protesto apresentado, o mesmo foi colocado à votação sendo aprovado com sete votos a favor da Coligação Confiança e seis votos contra, sendo cinco do PPD/PSD e um do CDS-PP. _____

De seguida, a Vogal Alexandrina Liliana Marinho Alves do PPD/PSD apresentou uma declaração de voto e começou por afirmar que o Governo Regional não tem apoiado apenas a Casa do Povo mas também na área social e habitacional e emprego. Na área social o Centro Paroquial e Social do Imaculado Coração de Maria e o Centro Cultural e Desportivo de São José têm vindo a ser apoiados financeiramente pelo Governo nas suas atividades, no que concerne ao emprego o Instituto de Emprego tem um polo sediado na Escola da Apel com o objetivo de dar resposta e acompanhamento à população da freguesia e na área habitacional o complexo na Rua Arcebispo D. Aires, património do Instituto de Habitação da Madeira apoia quarenta famílias com quarenta fogos num total de cento e trinta habitantes, estando ainda

o Centro de Deficiência Motora sediado na Freguesia do Imaculado de Maria. Continuou, dizendo que a Casa do Povo não tem sido a única preocupação do Governo Regional, não obstante a sua importância, pois a Casa do Povo do Imaculado Coração de Maria tem em parceria, e não competindo, com a Junta desenvolvido atividades em comum, tais como a participação nas marchas populares no espectáculo Vamos Cantar os Reis no Funchal, a promoção de passeios e vários convívios com os utentes, participação em provas desportivas, torneios de Futsal e atletismo, colaboração na organização do Circuito do Livramento da Associação de Atletismo da Madeira, aulas de ginástica, Mostra do Bolo do Caco e Pão Caseiro da Madeira, Grupos de Cantares e Tocares da Casa do Povo do Imaculado Coração de Maria. Assim, defendeu que tem havido muita colaboração, e não colisão, entre as duas entidades - Casa do Povo e Junta de Freguesia - nas diversas atividades. Acrescentou ainda, que tendo sido afirmado que o valor atribuído aos passeios são dinheiros do contribuinte, mas que também os orçamentos municipais são feitos com dinheiro dos contribuintes e não é por isso que deixam de realizar os eventos por estes organismos. _____

Também a Vogal da Coligação Confiança Violante dos Reis Saramago Matos, apresentou uma declaração de voto, dizendo que o voto de protesto, não tem em vista a ação das Casas do Povo, mas tão somente a eleição, por parte do Governo Regional, das Casas do Povo como a sua entidade próxima, como o seu parente próximo, na resolução dos problemas das populações, ultrapassando a grande maioria das Juntas de Freguesia que não são da sua cor partidária. Disse ainda que a questão não é saber se a Casa do Povo faz mais ou faz menos; a questão é a atitude do Governo Regional e foi por isso que foi apresentado e votado pela Coligação favoravelmente. _____

Em conformidade com o ponto 2 do artigo 28.º do Regimento da Assembleia de Freguesia, a Vogal da Coligação Confiança Violante Saramago Matos retomou a presidência da Assembleia e não havendo qualquer outro assunto a tratar no período "Antes da Ordem do Dia", passou-se de imediato ao período da Ordem do Dia propriamente dita. _____

PONTO ÚNICO – Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da mesma nos termos da alínea e) e do n.º 2 do artigo 9.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro. _____

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Junta. Este começou por mencionar as atividades mais relevantes desenvolvidas durante o terceiro trimestre. Referiu a atividade de exercício físico, realizada quatro dias por semana em parceria com a Escola Bartolomeu Perestrelo, e ressaltou o facto de estar a ter uma afluência considerável com quarenta pessoas a praticarem exercício físico. Falou também: da Festa Popular que teve lugar no Jardim da Quinta Deão; do Ciclo de Cinema que neste ano voltou a ser realizado no Jardim de Santa Luzia e que contou com cerca de duzentas pessoas; e dos passeios socioculturais - a Santa Cruz, a Machico, no âmbito da exposição DDiarte, à Feira Gastronómica de Santana e aos Engenhos da Calheta. Mencionou ainda, o passeio de catamarã e a presença na Mostra do Pão realizadas em colaboração com a Casa do Povo; a comemoração do Dia da Criança no Jardim Quinta do Poço, onde estiveram envolvidos alunos do pré-escolar da Escola Bartolomeu Perestrelo e do Colégio Internacional Multilingual School; e a prova de atletismo intitulada "Circuito de Atletismo" organizada em conjunto com o Clube Carvalheiro. _____

Wm
R.
S.

Acrescentou que o Executivo da Junta de Freguesia procura sempre ir ao encontro das pessoas e que quando existem solicitações encaminha-as, tentando que os fregueses se sintam acompanhados. Adiantou que a Junta já preparava o passeio ao Porto Santo, contando pela primeira vez com mais de cem pessoas. Lembrou que a Junta continua a ajudar as famílias carenciadas com bens alimentares e que apoiou dez crianças carenciadas que puderam usufruir das atividades de tempos livres ao abrigo do Regulamento, na instituição Garota do Calhau. Saliou o programa de apoio à recuperação de habitações degradadas, prevendo-se que atinja um total de doze mil euros e que cada apoio atribuído constituirá no máximo três mil euros.

Informou que o Executivo da Junta de Freguesia esteve presente: nas reuniões Eco escolas da Escola Bartolomeu Perestrelo; no jantar comemorativo do Clube Futebol Carvalheiro; na celebração do aniversário da Freguesia de São Pedro; na inauguração do Conjunto Habitacional da Quinta Falcão; no Conselho Municipal da Igualdade; e na comemoração do aniversário da cidade do Funchal.

Para concluir, disse que apesar das dificuldades e mesmo com uma equipa de exteriores muito reduzida a Junta tem intervindo na reparação de pavimentos, na limpeza e na manutenção dos becos

A Presidente da Assembleia perguntou se os presentes teriam alguma questão a colocar, tendo o Vogal Marco Nuno Abreu Leça do CDS-PP chamado a atenção para o facto de se iniciarem obras, levando muitas vezes três a quatro meses a serem terminadas ficando algumas ao abandono, assim como a falta de limpeza das bermas das estradas.

O Vogal do PPD/PSD Bruno Alexandre Vieira Bento, questionou no sentido de saber qual a solução que a Junta tinha para a falta de alternativas com a implementação do sistema Kiss and Drive na zona da Escola Bartolomeu Perestrelo, zona essa que já tinha problemas com o estacionamento e com este sistema foram retirados sete lugares. Também chamou a atenção para a Rua do Til entre a Escola Bartolomeu Perestrelo e a Quinta do Sá que devia ser intervencionada com a colocação de uma lombas tendo em vista a redução de velocidade, pintura e manutenção das passadeiras e sinalética vertical, devido a ser uma zona frequentada de manhã até à noite por muitas pessoas e devido à grande velocidade dos veículos considerava ser uma via perigosa. Alertou para a Rua Álvaro Justino de Matos por estar cheia de buracos e finalizou com um apelo para que a recolha do lixo nas zonas altas da freguesia fosse mais frequente, devido à proliferação de baratas e ratos e muito lixo espalhado pelo chão.

A vogal Maria João Pereira Gonçalves Delgado Gomes do PPD/PSD, informou que na Rua Padre Lopes e Rua da Carne Azeda, estavam carros parados há cerca de dois ou três meses a apodrecer e sem seguro.

A vogal Alexandrina Liliana Marinho Alves do PPD/PSD, informou que na Rua Arcebispo D. Aires, n.º 15 existe um terreno que pertence à Câmara Municipal do Funchal com vegetação seca e que entretanto foi feita uma exposição ao Presidente da Sócio Habita no mês de agosto. No entanto nada foi feito no sentido de limpar o terreno.

O Vogal Carlos Plácido Abreu Andrade da Coligação Confiança, questionou se o ATL que funciona no salão da Igreja do Imaculado Coração de Maria era apoiado pela Junta; chamou a

Handwritten signature and initials in the top right corner, possibly reading 'W. M.' and 'R. S.' with some additional scribbles.

atenção para a Rua da Levada de Santa Luzia onde existem duas faixas de rodagem mas que as pessoas ocupam uma das faixas estacionando os carros, dificultando o trânsito; falou também na abertura de uma entrada para carro no Beco do Lavador que sendo particular não via razão para que fosse lá instalada iluminação pública e que no cruzamento do Caminho dos Saltos existem tubos com água a verter no passeio; terminou com a insistência na requalificação do Miradouro do Livramento. _____

A Vogal Ivone de Ornelas Nóbrega do PPD/PSD chamou a atenção para a existência de derrames de água na Rua Cidade de Santos e na Travessa do Frazão que embora já tivessem reclamado, nada foi feito; lembrou também que deveria haver mais atenção na limpeza dos espaços verdes na Quinta Deão, D. João, Bartolomeu Perestrelo, Rua Arcebispo D. Aires e na Rua Comendador Padre Mário Casagrande. _____

A Vogal Graça Fabiana Alvarez Sousa do PPD/PSD alertou para a falta de manutenção da placa toponímica da Rua da Carne Azeda que estava derrubada há cerca de três meses e a falta de manutenção do pavimento e limpeza do Beco Vereda do Remígio. _____


O Presidente da Junta usou da palavra e começou por dizer que a Junta faz sempre o possível por iniciar e acabar as obras e pediu que se houvesse qualquer situação pontual que a mesma fosse reportada à Junta. Quanto à limpeza das bermas das estradas, embora não sendo da competência da Junta disse haver sempre abertura para informar as entidades competentes para o efeito, seja em relação à sinalética seja em relação aos estacionamento, ou outros quaisquer problemas que surjam no seio da comunidade. _____

O Vogal do PPD/PSD Bruno Alexandre Vieira Bento interveio dizendo que na próxima Assembleia de Freguesia, devia ser feito um balanço acerca das situações anómalas elencadas pelos vários Vogais. _____

Verificando-se a ausência de mais questões, deu-se por terminada a reunião pelas vinte e uma horas. _____

De tudo para constar se escreveu na presente ata, que eu, Primeiro Secretário, redigi e subscrevo. _____

A Presidente da Assembleia de Freguesia



O Primeiro Secretário



A Segunda Secretária

